



EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: QUANDO O ÓCIO TORNA-SE ATIVIDADE INTELECTUAL NO AMBIENTE PRISIONAL

DISTANCE EDUCATION: WHEN BECOMES INTELLECTUAL LEISURE ACTIVITY IN PRISON ENVIRONMENT

GAIÓSKI, Luzia (SEED – luzianeneve@gmail.com)
HAUER, Graça Ane (SEED – gracaane@gmail.com)

Resumo:

Compreender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) requer conhecer aspectos históricos, sociais, políticos, educacionais e culturais, que de maneira direta ou indiretamente influenciam esta modalidade de ensino. Se a EJA de um modo geral possui especificidades próprias, estas ficam mais evidentes no trabalho com educandos jovens e adultos privados de liberdade. Este artigo apresenta os resultados já atingidos com os alunos do CEEBJA Professor Odair Pasqualini que atende aos alunos em privação de liberdade, no experimento pedagógico de EAD nas aulas de Matemática do Ensino Fundamental Fase II e Ensino Médio, quando a professora desenvolve atividades presenciais combinadas com momentos à distância, nas celas, para verificar a atuação dos alunos quanto ao domínio dos conteúdos básicos e fundamentais no processo de ensino aprendizagem. Relata depoimentos de alunos como demonstrativo de realidade da sala de aula e estudo à distância, comenta referenciais teóricos sobre o processo de EAD na Unidade Prisional e sugere encaminhamentos para ampliar a habilidade dos alunos no uso desta modalidade.

Palavras-chave: Educação a distância, Jovens e Adultos, privação de liberdade.

Abstract:

Understanding the Youth and Adult Education (EJA) requires knowing historical, social, political, educational and cultural aspects, which directly or indirectly influence this type of education. If the EJA generally has its own specificities, these are more evident in working with young students and adults deprived of freedom. This article presents the results achieved with the students of CEEBJA professor Odair Pasqualini that serves students in deprivation of liberty, in the pedagogical experiment of Distance Education in Mathematics classes of Elementary School Phase II and high school, when the teacher develops classroom activities combined with times the distance, in the cells, to verify the performance of students on the field of basic and fundamental content in teaching and learning process. Reports testimonials from students as demonstrative of classroom reality and study the distance, says theoretical references about the distance education process in Prison Unit and suggested referrals to increase the ability of students in the use of this modality.

Keywords: Distance Education, Youth and Adults, deprivation of liberty.





1. Introdução

A sociedade hoje é resultado de um processo primitivo e evolutivo do homem como ser humano que está em contínua transformação, onde suas ações sempre foram marcadas pelo descobrir, conhecer e fazer, na interação com o meio e com as pessoas educando-se entre si.

Com o passar do tempo, já na sociedade moderna, a expressão natural de educar toma forma do saber institucional através da escolarização universal, gratuita e estendida a todos para formar pessoas que exerçam a cidadania.

Assim, para que o desenvolvimento da sociedade se revele aos nossos olhos, os caminhos a percorrer são a valorização da educação e do trabalho. Será nas raízes da educação o verdadeiro sentido para evolução cultural. É através desta interação, educação e trabalho, que acontecem contribuições para um ambiente sociocultural mais justo e igualitário.

Esta realidade cria dispositivos de formação que tornem possível a aproximação entre as situações de trabalho e as situações de aprendizagem, exigindo da escola que seja um lugar de aprender, mas também um lugar de fazer, numa tentativa de aproximação entre as duas situações.

Considerando o exposto, concordamos com KUENZER, quando diz que:

A necessidade de formação na escola, portanto, se põe para aqueles que, por viverem do trabalho, são pauperizados economicamente, e, em decorrência, também o são culturalmente. Para estes, a escola é o único espaço disponível para apreender e compreender o mundo do trabalho, através da mediação do conhecimento, enquanto produto e enquanto processo da práxis humana, na perspectiva da produção material e social da existência. (KUENZER, 2000, p. 19).

Ao compreender a educação como o resultado de um longo processo de desenvolvimento e transformação histórica, caracterizado pelo fato de o homem estar continuamente produzindo a sua existência, entende-se que ela é responsável por preparar indivíduos para o dia-a-dia social e político, para o trabalho, para o desenvolvimento de habilidades individuais, para a compreensão, reflexão do conhecimento, dos avanços tecnológicos e da cultura mundial, lembrando FREIRE, 1982, que a consciência do inacabamento torna o ser educável. Nesse sentido, os saberes escolares são fundamentais à formação do homem, como forma de apropriação do conhecimento historicamente construído. Podemos considerar também, os saberes construídos a partir da experiência, da tradição e do trabalho.

Para compreendermos a educação, é necessário também compreendermos a escola. Entretanto, buscar o significado da democratização da escola pública, é partir da análise e do entendimento da natureza e função da escola, bem como do movimento interno e externo que ela realiza em função da sua finalidade de educar e socializar. Direcionar ações para atender as necessidades de inclusão de cidadãos excluídos ou afastados do conhecimento científico, é responsabilidade dos órgãos governamentais, porém a escola não pode ficar





fora desse contexto. A preocupação de entender o homem como ser humano e valorizá-lo com novas oportunidades de cidadania, é responsabilidade de todo cidadão.

Neste sentido, a escola é o palco principal, nela há o espaço de desenvolvimento e aprendizagem, considerando tudo como significativo, os aspectos, culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos inseridos nas interações e relações entre os indivíduos.

Do mesmo modo que a sociedade está em constante transformação, a escola também vive momentos de reflexão de suas práticas a fim de remodelar seus procedimentos pedagógicos para atingir seus objetivos de formação humana. Então, na:

... busca pela ampliação do atendimento à escolarização da população jovem e adulta pelos sistemas estaduais, referendadas pela Constituição Federal de 1988, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser reconhecida como modalidade específica da educação básica, no conjunto das políticas educacionais brasileiras, estabelecendo-se o direito à educação gratuita para todos os indivíduos, inclusive aos que a ela não tiveram acesso na denominada idade própria. (BRASIL, 2013, p.20)

Na sociedade atual, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) geram mudanças e inovações em todos os aspectos, inclusive na educação. Sendo assim, esta necessita rever seus formatos e articular formas inovadoras de oportunizar a produção do conhecimento e superar a relação vertical, hierarquizada e linear estabelecida pela escola formal, necessitando de mudança de paradigma da verticalidade para a horizontalidade, articulando a interdisciplinaridade, a transversalidade e a relação dialética dos sujeitos e do conhecimento, permitindo diversos olhares sobre a multiplicidade de conhecimentos. Segundo Moran, Masetto, & Behrens: “estamos aprendendo a desenvolver propostas pedagógicas diferentes para situações de aprendizagem diferentes. As instituições sérias, mesmo quando têm muitos alunos, encontrarão formas de organizá-los para que consigam aprender com qualidade”. (2003, p.06)

Na continuidade, a oferta da Educação de Jovens e Adultos foi traçando sua história na escolarização brasileira, com a iniciativa do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Justiça, apontando estratégias comuns para execução de projetos educacionais no contexto penitenciário. Tais ações resultaram na mais recente conquista, pois, em 2010, o Conselho Nacional de Educação, mediante a resolução nº 2 de 19 de maio de 2010, a qual fixa as Diretrizes Nacionais para Oferta de Educação para os Jovens e Adultos Privados de Liberdade, que estabelece a educação nas prisões do Brasil devendo estar articulada à cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional e fomento à leitura.

Segundo pesquisa realizada pelo INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – junho de 2014), o Brasil ocupa a quarta posição em população prisional, com seiscentos e sete mil, setecentos e trinta e um apenados. Desses, 31% tem faixa etária entre 18 a 24 e 25% entre 25 a 29 anos, sendo 53% com Ensino Fundamental incompleto e 11% com Ensino Médio incompleto. Portanto, completar os estudos é um diferencial, um valor agregado a condição humana de emancipação e quando em liberdade, considerando a atual expectativa de vida, ainda estarão em idade produtiva.

Para atender melhor a população carcerária, e alterar os dados estatísticos de escolarização, o Estado do Paraná, apresenta a Proposta Pedagógica Curricular para a oferta





de Educação de Jovens e Adultos nos Estabelecimentos Penais. A proposta está organizada na forma presencial combinada com momentos à distância para os cursos do segundo segmento do Ensino Fundamental (Fase II) e Ensino Médio como experimento pedagógico.

Dessa maneira, a pretensão deste artigo é relatar algumas ações realizadas e experiências vivenciadas após um ano de estudo da atual proposta, com a elaboração do plano de trabalho docente e preparação de material pedagógico, de conformidade com a implantação, pois já é possível figurar aspectos que convergem positivamente à aprendizagem, bem como, sinalizar situações e fatores pelos quais a apropriação do conhecimento ainda é frágil. Posteriormente, comentar referenciais teóricos sobre o processo EAD na Unidade Prisional e sugerir encaminhamentos para ampliar a habilidade dos alunos no uso desta modalidade.

2. A Proposta no ambiente prisional

O papel da escola na Unidade Prisional é fundamental, vai além de um simples local onde os alunos encontram um ambiente propício para apreender, refletir e reelaborar conhecimentos, é o recinto onde os alunos privados de liberdade encontram seu espaço de humanização, socialização, afetividade e formação em detrimento das estruturas que caracterizam as funções punitivas do sistema penal. Assim, para o desenvolvimento de uma educação crítica faz-se necessário "... historicizar o processo de produção do conhecimento" (PERES, 1999, p. 47), considerando que os homens são seres históricos e que ao longo de sua evolução e das relações com a natureza, produz conhecimentos necessários às suas necessidades, para que possa humanizar-se e humanizar o mundo.

Toda e qualquer mudança que ocorra no contexto escolar passa pelas mãos do professor, é ele um dos principais protagonistas do processo de ensino aprendizagem. Dessa forma o professor deve considerar que no processo educativo se faz necessário, "... respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando e, na prática, procurar a coerência com este saber...". (FREIRE, 1997, p. 69), cabendo a ele lidar com novas situações, saber se modificar e ampliar conhecimentos a fim de garantir a qualidade do ensino. O tempo escolar faz parte dessas experiências, considerando que a escola, "... continua sendo um espaço importante e disputado no âmbito dos movimentos sociais, como instância responsável tanto por aprendizagens específicas e diferenciadas que não ocorrem em outros locais, quanto pelo aprofundamento ou redirecionamento de outras iniciadas em outras instituições sociais". (MEYER, 1998, p.79).

Com a finalidade de ampliar a oferta de escolaridade aos alunos em privação de liberdade e atingir um índice mais representativo de concluintes, o gestor da escola, a equipe pedagógica e os professores do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) Professor Odair Pasqualini iniciaram seus estudos, referente à Proposta pedagógico-curricular presencial combinada com momentos à distância para a oferta de Educação de Jovens e Adultos nos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná, no decorrer do ano letivo de 2014.

Desde sua implantação em 2015, a proposta assume caráter experimental no período de dois anos. Seu diferencial está na modalidade EAD, onde professores e alunos estão





separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, pois combina o presencial (na sala de aula), com momentos à distância (espaço de privação).

A Educação à Distância constitui um recurso de grande importância para atender um número expressivo de alunos de forma mais efetiva proporcionando a mesma qualidade na oferta do ensino. Nesta modalidade, o aluno tem acesso à educação mais flexível, e pode gerenciar com autonomia o seu horário, conforme suas necessidades. Outra característica desta modalidade é a contribuição para a maior universalização da educação, também permite maior disponibilidade e ritmos de estudo diferenciados, dá origem a métodos e formatos de trabalho mais abertos, que envolvem a partilha de experiências e é igualmente acessível às pessoas com dificuldades especiais ou de isolamento.

Em seu artigo, Alves (2011) cita que de acordo com Maia & Mattar (2007), a Educação à Distância atualmente é praticada nos mais variados setores. Ela é usada na Educação Básica, no Ensino Superior, em universidades abertas, universidades virtuais, treinamento governamentais, cursos abertos, livres etc.

Os estudos sobre educação de adultos em situação de privação de liberdade têm conquistado espaço nas pesquisas acadêmicas e apresenta em seus trabalhos possibilidades de se construir a escola nas prisões enquanto espaço diferenciado das particularidades carcerárias.

O sistema prisional estabelece um paradoxo entre educação e prisão. O funcionamento da prisão é essencialmente disciplinador, é o espaço de reabilitação que anula o ser. Já o princípio fundamental da educação escolar é transformador, em que o indivíduo desenvolve competências e habilidades para ser instrumento de ajuste à sociedade.

Para atender a estas exigências, os olhares devem estar voltados a um programa de educação que promova situações de interação dos sujeitos como produtores do seu conhecimento, respeitando integralmente as normas de segurança já estabelecidas na prisão.

Um dos caminhos a ser percorrido é a implantação da proposta na forma presencial combinada com momentos à distância para os cursos do segundo segmento do Ensino Fundamental (Fase II) e Ensino Médio. Sua organização considera as singularidades da aprendizagem presencial e da aprendizagem à distância mediada pelas TIC não como oposição ou substitutivas uma da outra, mas como ações complementares na seguinte forma, conforme a Proposta Pedagógica vigente (2013):

I – 75% da carga horária total do curso, estabelecida na legislação vigente, com educandos e professores em sala de aula, em horários pré-estabelecidos por meio de cronograma de oferta de disciplinas/módulos, com a efetiva mediação entre professor-aluno o processo de ensino aprendizagem; e 25% de carga horária, realizados pelos educandos em espaços prisionais, com a utilização de módulos ou outros materiais de estudos, sob a orientação de profissionais da educação, sendo que a frequência na etapa presencial deverá cumprir 100% da carga horária a ela destinada para aprovação do curso;

II – 50% da carga horária total do curso, estabelecida na legislação vigente, com educandos e professores em sala de aula, em horários pré-estabelecidos por meio de cronograma de oferta de





disciplinas/módulos, com a efetiva mediação entre professor-aluno o processo de ensino aprendizagem; e 50% de carga horária, realizados pelos educandos em espaços prisionais, com a utilização de módulos ou outros materiais de estudos, sob a orientação de profissionais da educação, sendo que a frequência na etapa presencial deverá cumprir 100% da carga horária a ela destinada para aprovação do curso;

III – 20% da carga horária do curso com educando e professores em sala de aula; e 80% de carga horária, realizados pelos educandos em espaços prisionais, com a utilização de módulos de estudos, livros, vídeos, teleaulas ou outros recursos, sob a orientação de profissional da educação, sendo que a frequência na etapa presencial deverá cumprir 100% da carga horária a ela destinada para aprovação do curso. (PARANÁ, 2013, p.11-12).

Diante desta organização na qual a proposta contempla o ensino presencial combinado com momentos à distância em diferentes percentuais, busca-se oportunizar maiores possibilidades de oferta de acesso a escolarização respeitando as necessidades individuais segundo os critérios de segurança estabelecidos pela Unidade Prisional.

3. A rotina em sala de aula e o espaço prisional

A sala de aula é o local físico do espaço escolar, onde todos os sonhos e metas da escola são concretizados por meio dos objetivos da proposta pedagógica, nas mãos dos professores e alunos.

Uma das afirmações de Paulo Freire é “que ninguém educa ninguém, assim como ninguém se educa sozinho” (1983, p. 35). O aprendizado aparece na interação de um com o outro, no qual ensinar e aprender são ações interligadas para que o processo educacional aconteça com sua representatividade no ambiente social e profissional.

Para Zabala (2010) a organização do espaço escolar pode ser o caminho para diferentes formas de ensino quando afirma:

Se a utilização do espaço tem sido o resultado de uma maneira de entender o ensino, tanto em relação à função social como à compreensão dos processos de aprendizagem, certamente uma mudança nestes elementos levaria a uma reconsideração das características que deveriam ter de acordo com outras opções do ensino. (2010, p. 130).

Muito além dos aspectos materiais da sala de aula, está o fazer pedagógico em que a aprendizagem se manifesta na mediação integrada, na investigação para a construção do conhecimento como um laboratório de formação e informação intelectual, onde dúvidas e ideias possibilitam perceber outros caminhos para o desenvolvimento humano, cultural e intelectual. É na sala de aula que a proposta pedagógica, a ação do professor, sua relação com os alunos, tornam autênticas as afirmações de Teixeira e Reis:

[...] a ação pedagógica do professor reflete-se na organização que faz do espaço da sala de aula. Se pretender uma prática eficaz e se a eficiência for a meta, o espaço deverá ser adequado ao ambiente consoante os





objetivos a atingir. Numa sala de aula, é o professor que controla os recursos, os processos e a didática (2012, p. 176).

Neste contexto, a educação torna-se um poderoso instrumento de reintegração social para todos da comunidade carcerária, pois além de preparar este educando recluso na sua retomada à liberdade, possibilita também que ele possa competir em igualdade de condições com os cidadãos livres na disputa acirrada por um trabalho digno e justo, através de uma formação de indivíduos autônomos, para a ampliação do acesso aos bens culturais em geral, “no fortalecimento da autoestima desses sujeitos, assim como na consciência de seus deveres e direitos, criando oportunidades para seu reingresso na sociedade” (JULIÃO, 2007, p. 47).

A escola no interior dos presídios tem a função desafiadora de desconstruir a concepção de que este é um ambiente de desumanidades e de negação de direitos. Oposto a isso, é necessário desenvolver uma prática pedagógica voltada para o reconhecimento de que este deva ser um espaço socializador, respeitoso e desprovido de ações discriminatórias e violentas. Muito além dos aspectos materiais da sala de aula, está o fazer pedagógico em que a aprendizagem se manifesta na mediação integrada, na investigação para a construção do conhecimento como um laboratório de formação e informação intelectual, onde dúvidas e ideias possibilitam perceber outros caminhos para o desenvolvimento humano, cultural e intelectual.

Para favorecer a concretização destas ações nas salas de aula do CEEBJA Odair Pasqualini, em 2015 iniciou o trabalho de ensino na modalidade EAD em todas as disciplinas. Após debates com a equipe gestora, equipe pedagógica e professores, optou-se em começar com a proposta no combinado de 50% presencial e 50% à distância.

A história da EAD no mundo e no Brasil é marcada pela evolução das tecnologias, apresentando seus primeiros sinais no ensino e tutoria por meio de correspondências, contemplando hoje as mais variadas formas de informação e comunicação. A proposta para as escolas de unidades penais “denota a infraestrutura tecnológica, como pólo de apoio pedagógico às atividades escolares, a qual deverá garantir acesso dos estudantes à biblioteca, rádio, televisão ou outra tecnologia aberta às possibilidades da convergência digital”. (PARANÁ, 2013, p. 18)

No sentido adotado por Carneiro (2002, p. 49), apud Rodrigues, usa o termo tecnologias referindo-se aos recursos já amplamente utilizados na escola, como lousa, giz, livro didático, lápis, inclusive a linguagem e a exposição oral e, ainda, a própria instituição escola. Para a autora, tais recursos “[...] fazem parte da tecnologia da educação, juntamente com a TV, o retroprojetor, o vídeo e o computador”.

A partir das atividades já desenvolvidas na implantação da proposta, as tecnologias utilizadas em sala de aula reforçam a afirmação de Carneiro. Para os momentos à distância, na cela, os alunos utilizam o livro didático e materiais impressos elaborados pelo professor. Por medidas estabelecidas pela segurança, o uso do lápis para as atividades à distância, ainda é motivo de estudo. No momento presencial, cada professor de acordo com as especificidades de sua disciplina, e após liberação da segurança, emprega materiais e estratégias diferenciadas, como: livro didático, literários, caderno, giz, lousa, lápis, borracha, caneta, régua, transferidor, calculadoras, TV, vídeos, filmes, entre outros.





Cada turma é formada por doze alunos que frequentam diariamente a escola para cumprir a carga horária presencial. A rotatividade dos alunos é bastante frequente devido ao setor de trabalho, sentenças estabelecidas pelos juízes e conquista da liberdade.

O espaço prisional, a cela propriamente dita, local onde cada apenado cumpre sua sentença e vive momentos de ociosidade, nesta proposta pedagógica atribui-se o aspecto laboral, durante o tempo que o aluno apenado cumpre suas horas de estudo à distância, para apresentar os resultados esperados pelo professor no dia seguinte.

4. A proposta na Disciplina de Matemática

As pesquisas e estudos das últimas décadas em Educação Matemática e as práticas educativas bem-sucedidas em sala de aula sugerem que devemos ter em mente o seguinte princípio ao ensinar Matemática: “A Matemática é uma das mais importantes ferramentas da sociedade moderna”. Apropriar-se dos conceitos e procedimentos matemáticos básicos contribui para a formação do futuro cidadão que se engajará no mundo trabalho, das relações sociais, culturais e políticas. Para exercer plenamente a cidadania é preciso saber contar, comparar, medir, calcular, resolver problemas, argumentar logicamente, conhecer formas geométricas e organizar, analisar e interpretar criticamente as informações’. (DANTE, 2014, p. 08)

Todas as pessoas com qualquer grau de instrução utilizam a Matemática, tudo está relacionado a ela direta ou indiretamente e com base na proposta presencial com momentos combinados à distância, o trabalho pedagógico na disciplina de Matemática propõe-se articular os Conteúdos Estruturantes com os Conteúdos Específicos numa relação de interdependências que enriqueçam o processo de ensino aprendizagem considerando as diversidades do contexto social e cultural desse público. Entende-se que o indivíduo, mesmo na condição de preso, embora possa apresentar lacunas do ponto de vista da educação formal, tem uma história de vida, vivenciou várias experiências e traz consigo uma bagagem cultural que não poderá ser desconsiderada. (PARANÁ, 2008, p. 62)

Neste sentido, a sala de aula, passa a ser o laboratório das vivências do fazer pedagógico, quando no primeiro dia de aula presencial, o professor apresenta ao aluno a dinâmica de estudos com os momentos à distância, contando com o comprometimento do aluno em realmente estudar em sua cela, pois no dia seguinte, o conteúdo estudado é avaliado pelo professor de modo oral ou descritivo. Na continuidade, o professor explica a matéria planejada para o encontro, de acordo com o seu Plano de Trabalho Docente e marca as páginas ou o capítulo do livro didático que devem ser por ele compreendido e exercitado. O aluno sem aproveitamento de estudos realiza a carga horária de cento e sessenta e oito horas presenciais e cento e sessenta e oito horas à distância.

No segundo dia de aula presencial, num primeiro momento, o professor verifica se o aluno atingiu os objetivos propostos no conteúdo em questão. Caso tenha atingido, o professor dá seguimento ao próximo conteúdo do seu planejamento. Se não houve apropriação do conteúdo, o professor esclarece as dúvidas, refaz a explicação, revisa conteúdos básicos de Matemática, propõe atividades diferenciadas e proporciona um novo momento avaliativo. Assim que o aluno apresente resultado satisfatório, o professor segue com o próximo conteúdo na mesma dinâmica de trabalho.





Várias são as experiências pedagógicas vividas neste início de implantação da proposta, tanto com resultados satisfatórios quanto não satisfatórios. Dentre eles, é possível citar que certo dia, um dos alunos, no seu primeiro encontro presencial relatou que não sabia Matemática, e quando frequentou a escola regular não entendia nada de Matemática, nem mesmo sabia a tabuada. Quando retornou do momento à distância, após ter estudado na cela, afirmou que iria desistir, pois não havia compreendido o conteúdo. A professora começou a fazer perguntas referentes ao capítulo estudado e o aluno respondeu a maioria delas corretamente. Então, afirmou que tudo é um processo, que ele realmente havia estudado e que praticando ele alcançaria os objetivos. Outro procedimento da professora foi colar na contra capa do livro a tabela das tabuadas, solicitando que ele as estudasse. Este aluno, com defasagem em conteúdos básicos e limitações para o cálculo, concluiu a disciplina de Matemática.

Outra experiência é de um aluno de 75% de aproveitamento de estudos. Neste caso, o aluno apresentava insuficiência de conhecimentos relativos às quatro operações, medidas, grandezas e álgebra. Os resultados eram satisfatórios em relação à geometria. Um dos conteúdos mais áridos para seu aprendizado foi Sistema de Equações e Equações do 2º Grau. As páginas do seu caderno são a prova concreta do seu aprendizado. O mesmo surpreendeu quando retornou para o momento presencial e afirmou a professora que o “jeito” de resolver Sistema de Equações apresentado no livro era diferente do “jeito” que a professora havia trabalhado em sala de aula. Imediatamente a professora percebeu que o aluno de fato havia estudado, pois o livro demonstra o Método da Substituição para resolver Sistema de Equação e na sala a professora utiliza o Método da Adição. Vale ressaltar que no Plano de Trabalho estão contemplados os dois métodos para resolução de Sistema de Equações, incluindo situações problemas do cotidiano.

Durante a caminhada já realizada com a proposta, é possível perceber que existem alunos com perfil autodidata, de modo geral, é a minoria. Um dos alunos de Ensino Médio, com este perfil tinha o conteúdo de Progressão Aritmética para estudar. Quando retornou para o momento presencial, disse à professora que havia estudado Progressões Aritméticas e Geométricas e que desejava fazer a avaliação sem necessariamente realizar outras atividades relativas ao assunto. A professora assim o fez e o aluno atingiu os objetivos.

O projeto político pedagógico apresenta claramente sua opção epistemológica de educação, de currículo, de ensino, de aprendizagem e de perfil do estudante que deseja formar. Incluir a modalidade EAD significa delinear princípios que alicerçarão o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem garantindo a qualidade.

No entanto, raramente acontece do aluno julgar a prática da proposta EAD como sendo um procedimento fácil, rápido ou de baixa qualidade. Um dos alunos assistidos pela professora, quando iniciou os estudos sobre Estatística afirmou: “Ah, professora! Agora tá fofo esse negócio de estudar no cubículo”! Na continuidade, a professora afirmou sobre a importância de realmente estudar os conteúdos nos momentos à distância, pois o estudo se revela nas atividades presenciais. O aluno “fazia de conta” que estudava. Apresentava dificuldade de interpretação e construção de gráficos e tabelas, no uso da calculadora, no manuseio do transferidor (o qual disse não conhecer o instrumento de medir ângulos), no cálculo de média aritmética, moda, mediana, entre outros assuntos. Ocasionalmente atingia os objetivos. Este aluno não concluiu a disciplina no regime fechado, todavia no período em





que o aluno frequentou o regime fechado, aos poucos foi compreendendo a importância de verdadeiramente estudar, para em sala de aula obter os resultados esperados.

Há um pequeno número de alunos que afirmam não terem tempo para estudar na cela. Estes, nem sempre estão no setor de trabalho que ocorre no contra turno do horário escolar, ou seja, o tempo fora da sala de aula é de reclusão na cela. No instante desta afirmação, a professora reitera orientação sobre a proposta salientando a importância da dedicação ao estudo no momento à distância e que os resultados no presencial estão diretamente relacionados à responsabilidade de estudar, ao grau de maturidade e compromisso com o estudo.

Na maior parte dos casos, somente o fato de passar pela triagem¹ e poder desfrutar do meio escolar de modo a dar continuidade aos seus estudos já é privilégio conquistado. Estes alunos, mesmo enfrentando as dificuldades pertinentes a Matemática e ao fato de estudar de modo individual na cela, já demonstram ter discernimento, estão convictos da utilidade e vantagens dos procedimentos de aprendizagem autônoma e querem aplicá-los, descobrindo sempre formas alternativas de construir o conhecimento.

5. Considerações Finais

É consenso de que toda mudança gera desconforto e todo desconforto gera apreensão e insegurança. Estes foram os sentimentos revelados pelos professores, equipe pedagógica e gestora do CEEBJA Odair Pasqualini ao receber a Proposta Pedagógica Prisional com ensino presencial combinado com momentos à distância. Sentimentos que com o passar dos dias foram sendo administrados e elaborados para o bem comum.

O cotidiano do professor é na escola, na qual, manifesta suas ações comprometido com o desenvolvimento dos seus alunos. Para fortalecer esta ideia, Nóvoa (1992, p. 28), apud Almeida, nos diz que “as escolas não podem mudar sem o empenhamento dos professores”. Cientes deste compromisso, as etapas de estudo da proposta, elaboração do Plano de Trabalho Docente, preparação de materiais, escolha de livros didáticos, entre outras ações, foram tomando forma e espaço no ambiente escolar.

A cada dia do trabalho com proposta é marcado por uma nova descoberta, tanto para o aluno, como para o professor. As evidências de que a modalidade EAD é uma contribuição para a realidade da EJA nas prisões, já podem ser percebidas, em razão do número de concluintes por disciplina, número de matrículas e desenvolvimento do aluno no o processo de ensino aprendizagem.

Nestes primeiros meses de implantação, na disciplina de Matemática é possível afirmar com propriedade que há aprendizagem, contrapondo o “mito” de que a educação à distância é fraca e fácil. A diferença está no uso produtivo do tempo que antes era de ociosidade na cela.

¹ A triagem dos apenados é realizada por uma equipe da Unidade Penal, envolvendo profissionais da segurança, psicologia, serviço social e pedagogia. Os detentos do Regime Fechado ficam três meses sem participar de nenhuma atividade da Unidade durante o período de triagem.





Ao retornar para o momento presencial, fica muito claro para o professor observar e avaliar se o aluno estudou ou não em seu momento à distância. A maneira pela qual ele explica, exemplifica, expõe suas dúvidas, argumenta fica de certa forma, palpável para o professor diagnosticar se os objetivos foram atingidos. Neste momento é possível constatar que os alunos do Ensino Fundamental Fase II demonstram maior facilidade de compreensão dos conteúdos, imagina-se que seja em decorrência do grau de abstração dos conteúdos propriamente ditos, pois os conteúdos do Ensino Médio são mais complexos.

Os resultados obtidos até agora, são fruto do estudo por meio exclusivo de leitura do livro didático e apostilas. Tanto alunos como professores almejam que a segurança libere o uso do lápis na cela, para auxiliar nos registros, exercícios e resumos como forma de ampliar as competências e habilidades de cada aluno. Ainda assim, pode-se salientar que as formas básicas de aprendizagem autônoma, já são evidências na postura dos alunos na ocasião que estabelecem contatos, por si mesmos, com fatos e ideias, planejam, por iniciativa própria, ações e buscam soluções para o problema e desenvolvem atividades que possibilitam manejar as informações mentalmente, de forma independente.

A proposta também contempla a oferta de 20% da carga horária do curso com educando e professores em sala de aula; e 80% de carga horária, realizados pelos educandos em espaços prisionais, com a utilização de módulos de estudos, livros, vídeos, teleaulas ou outros recursos, sob a orientação de profissional da educação, sendo que a frequência na etapa presencial deverá cumprir 100% da carga horária a ela destinada para aprovação do curso. (PARANÁ, 2013, p.11-12). Esta oferta está destinada aos apenados de alta periculosidade (não sei se este seria o termo adequado). Contudo, nestes meses de implantação, não houve nenhum caso de aluno matriculado nesta porcentagem em decorrência da liberação por parte do chefe de segurança da Unidade.

De modo geral, é o início de uma caminhada e até o presente momento, observa-se que a proposta vem contribuir na ação pedagógica de cada professor. Muito se tem a conquistar, principalmente na incongruência do ambiente escolar com o ambiente prisional. Evoluir para o uso de mídias tecnológicas educacionais, já mencionadas, será conveniente para avançar na aprendizagem. Para o aluno, transformar a ociosidade em produtividade intelectual é deslumbrar novas oportunidades e expectativas de vida em liberdade.

6. Referências

ALMEIDA, M. I. Docentes para uma educação de qualidade: uma questão de desenvolvimento profissional. **Educar em Revista**, n. 24, Curitiba/PR: Ed. UFPR, 2004, p. 165-176. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a08.pdf>.

ALVES, L. **Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo** Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf. 2011.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Brasília, 2013.

DANTE, L. R. **Matemática Contexto & Aplicações**. São Paulo: Ática, 2014.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.





_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** Departamento Penitenciário Nacional, DEPEN. Ministério da Justiça. Jun. 2014.

JULIÃO, E. F. **Educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade: desafios para a política de reinserção social.** In: ONOFRE, Elenice M. C. (Org.). Educação escolar entre as grades. São Carlos: Edufscar, 2007, p. 29-50.

KUENZER A. Z. **O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito.** Educação e Sociedade, n.70, abril, 2000, p. 15-39.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. **Referenciais de Qualidade para o Ensino Superior à Distância.** Brasília, ago, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refeed1.pdf>.

MEYER, D. E. Etnia, Raça e Nação: O Currículo e a Construção de Fronteiras e Posições Sociais. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo.** Rio de Janeiro, 1998.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos & BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação do Paraná **Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação de Jovens e Adultos**, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação do Paraná **Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Disciplina de Matemática**, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, Centro Estadual de Educação Básica para Jovem e Adulto Professor Odair Pasqualini. **Projeto Político Pedagógico.** Ponta Grossa, 2011.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Professor Odair Pasqualini. **Proposta Pedagógica Curricular Presencial com momentos combinados a distância.** Ponta Grossa, 2013.

PERES, E. T. **O conceito de currículo na literatura educacional crítica: uma contribuição às pesquisas no campo curricular.** Cadernos de Educação. FAE/UFPE, Pelotas (12): 35-49, jan./jul. 1999.

RODRIGUES, N. C. **Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação: um desafio na prática docente.** Fórum Linguístico, Florianópolis, v.6, nº 1 (1-22), jan-jun, 2009. Disponível em: Acesso em: 26 Mai. 2016.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998. Reimp. 2010.

